

**PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO À GESTÃO DE SEGUROS DO MUNICÍPIO DE MACHICO PARA O TRIÉNIO DE
2025/2027**

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 — O presente caderno de encargos (C.E.) compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de apoio técnico à gestão de seguros do município de Machico.

2 — Conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), o procedimento insere-se na categoria 66519310-7 Serviços de consultoria em matéria de seguros.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo da Prestação do Serviço

1 — O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

2 — A disponibilização dos serviços objeto do contrato terá uma vigência de trinta e seis (36) meses, a contar com a data indicada na outorga do contrato.

3 — O contrato mantém-se em vigor até à conclusão das respetivas ações.

4 — O contrato extingue-se atingido o seu termo ou preço contratual.

Cláusula 4.ª

Local da Prestação do Serviço

O contrato será executado de acordo com as especificações técnicas no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

Capítulo II

Obrigações das partes

Secção I

Obrigações principais do adjudicatário

Cláusula 5.ª

Obrigações do Adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário a execução dos serviços nos seguintes termos:

- a) Executar o serviço de acordo com as especificações técnicas definidas no Anexo I do presente caderno de encargos;
- b) Executar um serviço de qualidade, em conformidade com o conteúdo do presente Caderno de Encargos e da respetiva proposta;
- c) Executar o serviço que lhe for adjudicado, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- d) Prestar as informações que forem solicitadas pela Câmara Municipal;
- e) Realizar os serviços enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratualizados;
- f) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- g) Nomear um técnico que represente o adjudicatário em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante representada pelo gestor de contrato e o adjudicatário.
- h) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;
- i) Obrigação de respeitar toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, ou que vier a entrar em vigor, nomeadamente a legislação no âmbito da saúde, higiene e segurança no trabalho, relativamente a todo o pessoal utilizado para a realização da Prestação de Serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem;
- j) Assumir a responsabilidade pelos danos materiais ou pessoais diretamente imputáveis ao seu pessoal, durante e em consequência da execução do serviço.

- k) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- l) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que o Serviço é prestado e ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.
- m) Assumir todos os encargos decorrentes da utilização e fornecimento de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que o Município de Machico tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer direitos;
- n) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do Município de Machico e ou de outros organismos oficiais competentes, sendo responsável por todas as infrações verificadas, em matérias que, contratualmente, sejam da sua responsabilidade.
- o) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- p) Respeitar as normas aplicáveis em vigor, em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

2 — O adjudicatário é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante e decorrentes de quaisquer erros ou omissões da prestação dos serviços.

3 — A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, informáticos e equipamentos técnicos que sejam necessários e adequados à prestação de serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

4 — O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria.

Cláusula 6.ª

Atualizações Jurídico-Comerciais

1 — O adjudicatário deve comunicar ao Município de Machico, através da figura do Gestor de Contrato,

qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:

- a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
- b) A sua denominação e sede social;
- c) A sua situação jurídica;
- d) A sua situação comercial.

2 — O adjudicatário obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido

Cláusula 6.ª

Atualizações Jurídico-Comerciais

1 — O adjudicatário deve comunicar ao Município de Machico, através da figura do Gestor de Contrato, qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato, e que altere, designadamente:

- e) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
- f) A sua denominação e sede social;
- g) A sua situação jurídica;
- h) A sua situação comercial.

2 — O adjudicatário obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido

Cláusula 7.ª

Dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, ou outra, relativa ao Município de Machico, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª

Aceitação dos serviços

Efetuada a prestação dos serviços objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiros por ele designado, sempre que a entenda necessário procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos serviços prestados, no sentido de verificar a sua conformidade e proceder à sua aceitação

Cláusula 10.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1 — São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante a execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 — Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja por que título for.

Cláusula 11.ª

Conformidade e Garantia Técnica

O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações às exigências legais, aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável

Cláusula 12.^a

Seguros

1 – É da responsabilidade do adjudicatário todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar a prestação do serviço objeto do presente contrato devendo recorrer à cobertura, através de contratos de seguros dos seguintes riscos:

- A obrigação de indemnizar terceiros;
- Responsabilidade Civil;
- Relativos à vida, à saúde e à integridade física das pessoas a seu cargo.

2 – O Município de Machico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la dentro do prazo indicado.

Secção II

Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 13.^a

Obrigações da Entidade Adjudicante

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

- a) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- b) Facultar toda a informação relativa aos serviços prestados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado;
- c) Pagar ao Adjudicatário o preço contratual, nas condições estabelecidas no contrato a celebrar;

- d) Respeitar a legislação aplicável, nomeadamente a legislação ambiental, de segurança bem como os procedimentos que sejam comunicados e exigidos pelo adjudicatário na utilização das suas instalações.
- e) Designar o gestor do contrato
- f) Monitorizar a execução do contrato;
- g) Aplicação das devidas sanções contratuais em caso de incumprimento, quando aplicável.

Cláusula 14.ª

Consulta Preliminar ao Mercado

- 1 — Para efeitos de definição do preço contratual foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, nos termos do artigo 35º - A do Código dos contratos Públicos.
- 2 — A consulta preliminar incidiu apenas na cotação do valor para o fornecimento da prestação do serviço objeto do presente contrato.
- 3 — Nos termos do nº 4, do artigo 35.º-A, do CCP, informa-se que o preço base indicado na cláusula seguinte, teve como referência o mais baixo valor indicado.

Cláusula 15.ª

Preço base

- 1 — Para efeitos do presente procedimento, o preço base é **80.700,00€** (oitenta mil e setecentos euros) acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.
- 2 — Nos termos dos artigos 47º do Código dos Contratos Públicos (CCP) entende-se por preço base o valor máximo que a entidade adjudicante dispõe a pagar, pela totalidade da prestação do serviço objeto do presente procedimento.

Cláusula 16.ª

Preço contratual

- 1 — Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Machico deve pagar ao adjudicatário o preço resultante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for devido.

2 — O preço referido na cláusula anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Machico.

3 — O preço contratual deverá ser mantido durante todo o período de vigência do contrato.

4 — Caso o Município de Machico venha a ser demandado por ter infringido, quaisquer direitos referentes à utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, o adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, tenha e de todas as quantias que tenha de pagar a título de indemnização.

Cláusula 17.ª

Revisão de preços

Os valores apresentados na proposta do concorrente vigorarão até ao fim do contrato, não sendo possível a revisão de preços.

Cláusula 18.ª

Condições de pagamento

1 — As quantias devidas pelo Município de Machico nos termos da cláusula anterior serão processadas e pagas de acordo com as disposições legais que regulamentam a realização e processamento de despesas na Administração Pública Local.

2 — Para os efeitos do número anterior, as obrigações consideram-se vencidas com a prestação do serviço requisitado.

3 — A prestação do serviço deverá ser faturada mensalmente, após a efetiva prestação do mesmo.

4 — Em caso de discordância por parte do Município de Machico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura.

5 — Não haverá lugar a adiantamentos.

Cláusula 19.ª

Faturação

1 — A fatura do objeto do contrato deverá ser entregue de acordo com as solicitações da entidade

adjudicante e só poderá ser emitida após o fornecimento e a aceitação da mesma por parte dos respetivos serviços municipais responsáveis.

2 — As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Machico, NIF 511 239 440, sito no Largo do Município, 9200-099 Machico, e remetidas para a solução adotada pelo Município de Machico, a plataforma EDI iLink, acessível em <https://www.ilink.pt.>, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo especificar:

- a) N.º compromisso
- b) Descrição dos serviços;
- c) Preços unitários
- d) Taxa de IVA aplicável;
- e) Valor total da fatura: valor sem IVA e Valor com IVA.

3 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III

Proteção de Dados Pessoais

Cláusula 20.ª

Fundamentação, objeto e duração do tratamento de dados

1 — **Objeto do tratamento**: Nome, número de identificação civil, número de identificação fiscal, telefone, morada;

2 — **Duração do Tratamento**: Até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato;

3 — **Fundamentação**: O tratamento é necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, e no âmbito do interesse legítimo do Município, nos termos do seu objeto.

4 — **Finalidade**: Prestação de serviços de consultoria Técnica em seguros

Cláusula 21.^a

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1 — Confidencialidade e Proteção de Dados:

- a) O adjudicatário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Município de Machico ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
- b) Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município de Machico ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância com as regras e normas do RGPD e a Lei de Proteção de Dados, obrigando-se ao adjudicatário a:
 - i. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município de Machico única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto do presente contrato;
 - ii. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados, nomeadamente, em matéria de fundamentação de tratamento e, quando necessário, de obtenção do respetivo consentimento;
 - iii. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - iv. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Município de Machico esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - v. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município de Machico ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo Município de Machico.

- c) O adjudicatário e o Município de Machico comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados.

2 — Subcontratação:

- a) Caso o Adjudicatário seja autorizado Município de Machico a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
- b) O Adjudicatário obriga-se a garantir que as empresas por esta subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o adjudicatário celebra com outras entidades por si subcontratadas.

3 — Segurança de informação relativamente aos dados pessoais:

- a) O Adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Município de Machico contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.
- b) O Adjudicatário procederá, nomeadamente, à utilização das seguintes medidas de segurança física: a separação lógica dos processos e dos dados pessoais da Município de Machico dos dados pessoais de outros clientes, a utilização de backups, o armazenamento de documentos em área ou salas trancadas de acesso restrito.
- c) O envio da informação para o adjudicatário será realizado através de ficheiro com salvaguarda de acesso através de password que será definida autonomamente entre as partes.
- d) O Adjudicatário procederá à utilização das seguintes medidas de segurança lógica quando necessário: a pseudonimização ou a cifragem dos dados pessoais, o controlo de acessos, a restrição de acessos através de contas de utilizador com permissões específicas e a utilização de logs de atividade, ou demais regras que resultem da Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março.

4 — Segurança das comunicações:

O Adjudicatário adotará as medidas técnicas apropriadas para salvaguardar a segurança das suas redes de comunicação eletrónicas e/ou dos serviços prestados ao Município de Machico ou utilizados para transferir ou transmitir dados pessoais.

5 – Tratamento de dados pessoais pelos colaboradores do Adjudicatário

- a) O Adjudicatário deverá assegurar que os seus colaboradores conhecem com as regras e o regime do Regulamento Geral de Proteção de Dados e cumprem todas as obrigações previstas no contrato relativamente à proteção de dados pessoais.
- b) O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o Município de Machico venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

6 — Violação de dados pessoais

- a) O Adjudicatário notificará o Município de Machico da forma mais célere possível, atentas as circunstâncias do caso concreto, de qualquer destruição accidental, não autorizada ou ilegal, perda, alteração ou divulgação ou o acesso a dados pessoais tratados em nome ou por conta da Município de Machico.
- b) Em caso de incidente, que poderá respeitar a violação de dados, o Adjudicatário notificará a Município de Machico, entre outros, dos seguintes elementos:
 - i. *Quanto ao incidente:* uma descrição detalhada da violação de segurança; a identificação do tipo de dados que foram objeto de violação; e a identidade de cada pessoa afetada (ou, se tal não for possível, o número aproximado de titulares de dados e dos registos em causa);
 - ii. *Quanto a responsável pelo tratamento de dados e medidas a implementar:* o nome e informações de contato do Encarregado de Proteção de Dados da empresa ou do responsável de tratamento de dados da empresa; uma descrição das consequências prováveis da Violação de Segurança e uma descrição das medidas propostas pela empresa para tratar a Violação de Segurança;

iii. *Medidas a adotar:* as medidas a adotar para mitigar os seus possíveis efeitos adversos; e, ainda a indicação de todos os esforços realizados para mitigar os efeitos de uma eventual Violação de Segurança de acordo com as suas obrigações nos termos do presente contrato.

c) O Adjudicatário não disponibilizará ou publicará qualquer informação, comunicação, aviso, *press release*, ou relatório sobre qualquer Violação de Segurança em relação aos dados pessoais sem aprovação prévia do Município de Machico.

7 — Período de conservação de dados pessoais:

a) O Adjudicatário procederá à conservação dos dados pessoais pelo período que estiver fixado por norma legal ou regulamentar ou, na falta desta, até decurso do prazo legal de prescrição de todas as obrigações emergentes do contrato, podendo esse prazo ser alargado por indicação do Município de Machico.

b) Quando cesse a finalidade que motivou o tratamento, inicial ou posterior, de dados pessoais, o responsável pelo tratamento do adjudicatário deverá proceder à sua destruição ou anonimização.

c) Todos os dados pessoais que sejam rececionados pelo adjudicatário que constem do pedido à constituição de relação jurídica de Agente cuja autorização não seja confirmada pelo Município de Machico deverão ser eliminados após decisão de indeferimento do pedido.

d) Nos casos em que exista um prazo de conservação de dados imposto por lei, só pode ser exercido o direito ao apagamento findo o respetivo prazo legal.

8 — Pedidos de informação que envolvam dados pessoais:

a) Caso seja solicitada qualquer informação relativa a dados pessoais por lei, por ordem judicial, por mandado, ou por notificação ou qualquer outro processo judicial legal, as partes cooperaram no sentido de remeter a informação no mais curto espaço de tempo possível, permitindo cumprir à parte interessada o respetivo prazo legal.

Capítulo IV

Penalizações Contratuais

Cláusula 22.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento da prestação de serviços em causa.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante por exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do preço contratual.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador e as consequências do incumprimento.

5 — A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 23.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 24.^a

Responsabilidades

1 — O Adjudicatário responde perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.

2 — Do mesmo modo, o adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.

3 — Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo adjudicatário, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

4 — Correm inteiramente por conta do adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 25.ª

Trabalhadores afetos à aquisição de serviços

O adjudicatário garante o cumprimento das regras estabelecidas no artigo 419º-A do CCP, relativas ao regime de contrato de trabalho aplicável aos trabalhadores afetos à presente aquisição de serviços.

Cláusula 26.ª

Caução

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução.

Cláusula 27.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na Lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente as previstas no artigo 333º conjugado com o artigo 448º do CCP.

2 — O direito de resolução referido no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas.

Cláusula 28.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na Lei, o adjudicatário pode resolver o contrato, no caso da entidade adjudicante não cumprir com a sua parte do contrato.

2 — O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º e 449º do CCP.

Capítulo V

Disposições Finais

Cláusula 29.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 30.ª

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3 — As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.

Cláusula 31.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 32.ª

Gestor do Contrato

1 — O contraente público deve designar um gestor do contrato nos termos do artigo 290.º – A, com a função de acompanhar permanentemente a execução do respetivo contrato. A identificação do gestor do contrato constitui parte integrante do contrato a celebrar conforme disposto na alínea i), do artigo 96º do CCP e no artigo 8.ª – A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

2 — Caberá ao gestor de contrato a responsabilidade de controlar a execução financeira, técnica e material

do contrato.

3 — Caso o gestor ou os gestores detetem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devem comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

4 — O nome, e contactos do gestor de contrato do adjudicatário serão indicados no ofício Convite.

5 — A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do adjudicatário e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.

6 — O adjudicatário obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

Cláusula 33.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 34.ª

Legislação aplicável

Em tudo o não especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplicar-se-ão as correspondentes disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/08, de 19 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação revista pela Lei 30/2021, de 21 de maio e decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, e subsidiariamente, a demais legislação subsidiária.

**PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL POR CONSULTA PRÉVIA PARA CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO À GESTÃO DE SEGUROS DO MUNICÍPIO DE MACHICO PARA O TRIÉNIO DE
2025/2027**

CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO I

Cláusulas Técnicas

Cláusula 1ª

Objeto da prestação do serviço

1 — O contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição do serviço de apoio técnico à gestão de seguros do Município de Machico, para o triénio de 2025/2027.

2 — A prestação de serviços deverá compreender o apoio, acompanhamento e negociação de soluções adequadas à gestão de seguros ajustados às necessidades do Município de Machico.

Cláusula 2ª

Duração da prestação de serviços

A prestação de serviços de apoio técnico à gestão de seguros do Município de Machico mantém-se em vigor pelo período de trinta e seis (36) meses a contar da data indicada na outorga do contrato.

Cláusula 3ª

Serviços a prestar

1 — Os trabalhos de apoio técnico objeto do presente caderno de encargos consubstanciam-se nomeadamente em definir e implementar ao longo do prazo de execução a solução mais adequada à gestão de seguros.

2 — Para uma correta execução do contrato serão exigidas ao prestador de serviços a concretização das seguintes tarefas:

- a) Serviços de apoio técnico a prestar no âmbito da preparação do procedimento com vista à contratualização dos seguros.

- b) Acompanhamento e apoio em toda fase procedimental desde tramitação, bem como demais atos que se mostrem necessários ao longo do procedimento;
- c) Acompanhamento e apoio na execução do contrato.

Cláusula 4ª

Caracterização da prestação de serviços

1 — Serviços de apoio técnico a prestar no âmbito da preparação do procedimento com vista à contratualização dos seguros.

1.1. Compete ao prestador de serviços:

- a) Análise dos atuais contratos de seguro com vista à identificação, análise e tipificação dos riscos relacionados com o pessoal, ativos corpóreos e responsabilidades legais e respetivas necessidades de cobertura;
- b) Apresentação de um diagnóstico dos riscos do Município, com indicação das propostas de alteração e/ou ajustamentos mais adequados aos seus interesses, a refletir no Caderno de Encargos do procedimento, tendo em vista a otimização dos respetivos custos globais;
- c) Elaboração de uma proposta de Programa de Concurso / Convite e Caderno de Encargos, com as respetivas especificações técnicas.

1.2. As peças do procedimento deverão ser entregues ao Município, de acordo com prazo previsto na proposta adjudicada, no prazo nunca superior a 15 dias a contar da outorga do contrato.

2 — Acompanhamento e apoio em toda fase procedimental desde tramitação, bem como demais atos que se mostrem necessários ao longo do procedimento;

Assessoria técnica a prestar ao Júri do procedimento com vista à contratualização dos seguros.

2.1. Compete ao prestador de serviços:

- a) Análise dos pedidos de esclarecimentos solicitados pelos interessados, apresentando ao Júri um relatório com os elementos necessários para resposta;
- b) Análise e avaliação do mérito das propostas concorrentes, apresentando ao Júri um Relatório de apreciação das diferentes propostas, devidamente fundamentado e acompanhado do(s) respetivo(s) mapas(s) comparativos(s);

- c) Análise das observações/reclamações dos concorrentes, que possam ser apresentadas em sede de audiência prévia, apresentando ao Júri um relatório fundamentado sobre as mesmas.

2.2. Os relatórios, conforme ponto anterior, deverão ser entregues ao júri do procedimento nos seguintes prazos:

- a) Relatório esclarecimentos solicitados pelos interessados: máximo 3 dias úteis;
- b) Relatório de análise e avaliação do mérito das propostas concorrentes: máximo 5 dias úteis;
- c) Relatório de análise das observações/reclamações dos concorrentes: máximo 5 dias úteis.

3 — Acompanhamento e apoio na execução do contrato

Serviços de apoio à gestão dos riscos da carteira de seguros adjudicada.

3.1. Compete ao prestador de serviços:

- a) Prestar apoio técnico no que respeita aos esclarecimentos de dúvidas e aconselhamento sobre questões relativas à gestão corrente da carteira de seguros e à regularização de eventuais sinistros;
- b) Assegurar a mediação entre o Município de Machico e a(s) seguradora(s) na gestão de todas as apólices e gestão de sinistros;
- c) Apresentar relatórios fundamentados relativos a todos os casos em que a(s) seguradora(s) pretenda(m) declinar a assunção a responsabilidade;

Cláusula 5ª

Obrigações principais do prestador de serviços

Decorrerão para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar serviços de apoio técnico no âmbito da preparação do procedimento de contratualização de seguros, de assessoria técnica ao Júri nomeado para o referido procedimento e de apoio à gestão dos riscos da carteira de seguros adjudicada;
- b) Obrigação de não alterar as condições da prestação dos serviços;
- c) Obrigação de assegurar a emissão atempada das apólices de seguros conforme o Plano de Seguros do Município de Machico;

- d) Obrigação de dar resposta aos pedidos de informação efetuados pelo Município no prazo máximo de 24 horas;
- e) Obrigação de no caso de não ser possível o cumprimento do prazo definido na alínea anterior, informar o Município, apresentando a devida justificação e proposta de calendarização alternativa;
- f) Obrigação de cumprir com a legislação em vigor e demais legislação que, entretanto, venha a ser publicada no âmbito do objeto do contrato.

Cláusula 6ª

Requisitos mínimos da prestação do serviço (gestão da carteira de seguros)

- 1 — A prestação de serviços será efetuada com o enquadramento legal específico, tendo por base a metodologia de trabalho célere e eficaz, com o recurso à troca de informação através de meios eletrónicos de transmissão de dados e de forma presencial.
- 2 — Sempre que ocorrer o abate, a cedência ou alienação de qualquer bem (viaturas, bens imóveis, etc.), a entidade adjudicante tem direito ao estorno do prémio por cessação antecipada, devendo o adjudicatário providenciar a sua concretização.
- 3 — Na situação mencionada no ponto anterior, a entidade adjudicante terá de comunicar por escrito, ao adjudicatário, com uma antecedência mínima de 8 dias, deixando de ser da sua responsabilidade o seguro dos respetivos bens.

Cláusula 7ª

Avaliação e monitorização do contrato

- 1 — O adjudicatário é responsável pela qualidade dos serviços a prestar e por assegurar a máxima eficácia e eficiência no que concerne à carteira de seguros do Município.
- 2 — O adjudicatário deverá apresentar uma proposta de acompanhamento e avaliação do contrato, indicando os instrumentos e meios a utilizar, periodicidade, etc., devendo incluir no mínimo, a apresentação de um relatório por ano sobre a gestão de toda a carteira de seguros, numa relação de custo/benefício, índices de sinistralidade e outros dados de interesse para conhecimento do Município.